

REFLEXÕES SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS NA ÁFRICA DO SUL NUMA “ERA DE GLOBALIZAÇÃO”*

Edgar Pieterse**

Resumo: O presente artigo está centrado na atuação dos movimentos sociais urbanos na África do Sul no atual período de transição política, da qual participam criando uma agenda política progressista. Apresenta uma exposição sobre o conceito de globalização indicando que, diferente do que comumente se afirma, este processo não torna dispensáveis nem a definição de “lugar” nem de “espaço público”, uma vez consideradas a hierarquização mundial de cidades e a rearticulação política das localidades. Focaliza a atuação do movimento civil na África do Sul o qual, embora possua uma infra-estrutura nacional que atinge as políticas de base, poderia se beneficiar de uma agenda radical, voltada para a compreensão das ambigüidades e subjetividades dos grupos que o compõem e distante das definições homogêneas de classe.

Abstract: The present article focuses on the South-African civic movement during the political transition period. It introduces a debate on globalisation showing that, unlike commonly affirmed, such a process does not precludes definitions for “place” nor for “public space”, since we consider the hierarchical world cities and the political rearticulation of locality. It focuses on the civic movement which, although possessing a national grassroots structure, could benefit from a radical agenda taking into account the ambiguity and subjectivity and not univocal class-based definitions.

*Tradução de Cristina Meneguello. Texto inicialmente apresentado na Second International TCS Conference - Theory, Culture, Society 10-14/08, Berlim, Alemanha, 1995.

** Edgar Pieterse é professor da Graduate School of Public and Development Management da Wits University, África do Sul, e pesquisador da área de “políticas, globalização e cidades” da ONG Foudation for Contemporary Research, na Cidade do Cabo.

Introdução

Os movimentos sociais urbanos na África do Sul (e em qualquer outro lugar) são fatores chaves para as políticas locais, especialmente se vistos no contexto da globalização. Dada a orientação de um importante movimento social - o civil¹ - fica claro que existe uma necessidade de repensar seu papel, sua organização e sua estrutura estratégica.

A mais significativa organização específica com base na comunidade surgida nos anos 70 na África do Sul é o movimento civil. Organizado nos bairros negros pobres, visava lutar contra o aumento nos aluguéis, as reformas governamentais ilegítimas e a falta de serviços básicos e de representação política. Esta organização buscou combinar questões sociais, domésticas, por vezes econômicas e principalmente políticas. Breve ela transcendeu as questões locais e começou a fazer parte da Frente Democrática Unida (United Democratic Front), lidando também com questões nacionais. Na verdade, devido ao ambiente político altamente repressivo, o movimento civil buscou ter um papel politizado, e não civil em si. O movimento iniciou com uma estrutura bastante horizontal, que se sofisticou até encontrar nos comitês de ruas e nas assembleias de bairros sua mais importante expressão. Adotou também formas fortemente voltadas para a criação de lideranças políticas. No final dos anos 80 e início dos 90, seus líderes estavam fortemente estabelecidos e as eleições raramente trouxeram novas gerações aos postos por eles ocupados. Além disso, embora tenham surgido de maneira bem horizontal, a institucionalização destas organizações, além de sua imersão em processos decisórios, seu papel vigilante na doação de recursos e a contínua necessidade de alianças com outros líderes - que enfraqueceu as possibilidades de construir bases fortes -, “conspirou” para o distanciamento da liderança de suas bases e para a criação de um processo decisório e de controle mais elitizado. As intermitentes revoltas e os apelos para “tomar posse” por parte dos membros mais jovens deste movimento suge-

¹ “Civics” no original. (N.T.)

rem a crescente insatisfação com essas tendências dentro do movimento civil. Além disso, o “cimento” da liberação nacional desapareceu no meio da década de 90, de forma que essas tendências condenadas enraizaram inclusive tendências clientelistas dentro do movimento.

Argumentarei neste artigo que os movimentos sociais devem dar maior atenção aos processos atuais de globalização e ao mesmo tempo voltar-se para um quadro mais amplo que informe sua política. A esse respeito, os aspectos de uma “política pós-moderna” radical trazem percepções válidas a serem incorporadas. Estes poderiam capacitar os movimentos sociais (urbanos) para permanecerem sujeitos-chave no contexto urbano, inovadores de fato e aptos a criar políticas locais mais “atentas” e autênticas numa era de globalização.

Este artigo estrutura-se em três partes principais: 1) uma breve consideração a respeito das implicações da globalização especialmente no caso das “urbanidades”² - o terreno dos movimentos sociais. 2) uma breve análise do movimento civil no período pós-eleição da África do Sul; e 3) a necessidade de elaboração de uma ampla estrutura para a militância dos movimentos sociais na assim chamada era global.

Comentário sobre Globalização

Há uma miríade de definições sobre globalização, com diferentes ênfases, dependendo da orientação ou da inclinação teórica. Não tratarei de todos esses debates neste artigo, recorrendo às definições de estudiosos. Uma definição funcional que se prova útil é a de Anthony McGrew: a globalização refere-se a uma multiplicidade de interconexões que transcendem os Estados-nação que compõem o sistema mundial moderno. Ela define um processo por meio do qual eventos, decisões e atividades em uma parte do

² “Urbanities” no original. O autor utiliza o termo de forma livre referindo-se a comunidades pobres que vivem e associam-se nas cidades. (N.T.)

mundo podem vir a ter conseqüências significativas para indivíduos e comunidades em distantes partes do globo. A globalização possui duas dimensões relacionadas: objetivo (ou alcance) e intensidade (ou aprofundamento). Por um lado, ela define uma série de processos que abrange a maior parte do globo ou que opera de maneira mundial; logo, o conceito tem uma conotação espacial. Por outro lado, a globalização implica uma intensificação dos níveis de interação, interconexão ou interdependência entre Estados e sociedades que constituem a moderna economia mundial. Dessa maneira, ao lado do “alcance” há um “aprofundamento” dos processos globais (1992: 65, 68).

Diferentes processos coexistem e constituem uns aos outros nessas dimensões de “alcance” e “aprofundamento”, com conseqüências que se manifestam particularmente nos espaços urbanos. Para ilustrar esse fato, gostaria de brevemente chamar a atenção para uma série de processos de globalização: desenvolvimentos profundos na tecnologia de telecomunicações que serviram para “encurtar” o “espaço” e o “tempo” permitindo um maior fluxo de informações, bens, serviços, saberes, culturas e idéias; a ascendência das indústrias de informação - impulsionadas por um aumento crucial da velocidade da inovação tecnológica (Castells & Hall, 1994); a flexibilização dos sistemas de produção, capazes de inovações contínuas e voltados para os mercados globais³ e o surgimento das noções de “governo global” ao se abordar problemas numerosos de proporções globais, sejam eles sociais, políticos ou ambientais.

Um elo comumente ausente dessas discussões sobre as implicações (urbanas) da globalização é a novidade paradigmática desses processos. É importante observar que as “urbanidades” do “terceiro mundo”⁴ resgatam as

³ Os sistemas de produção flexível (flexibilização) têm várias implicações para a organização do “chão da fábrica” e para o jargão dos patrões. Mas esses sistemas estão se globalizando rapidamente, mesmo que amplas áreas do “terceiro mundo” possam ser vistas batalhando para sustentar e desenvolver os tradicionais sistemas fordistas.

⁴ Utilizo “terceiro mundo” de maneira reservada, considerando (1) o crescente caráter obsoleto da expressão já que as distinções entre os países assim definidos ultra-

“não-tão-novas” dimensões da marginalização, da não-participação e da exploração na onda da globalização. Mas essa narrativa não é completa já que importantes bolsões dentro das cidades de “terceiro mundo” participam ativamente dos processos de globalização, com sucesso significativo. Qualquer relato sobre a globalização e suas implicações precisa reconhecer e lidar com as experiências de diversificação dentro dos espaços urbanos.

Uma concepção incorreta e simplista a respeito da capacidade das economias de informação e das tecnologias que possibilitam a globalização é afirmar que o “lugar” tornou-se dispensável. Saskia Sassen demonstra de forma convincente como acontece o oposto, resultando numa hierarquia global das cidades, “cidades que são locais estratégicos da economia global devido a sua concentração das funções de governo e da geração de serviços voltadas para os mercados mundiais” (Sassen, 1994a:154). A análise de Castells e Hall (1994) substancia essa afirmativa. Estes autores mostram que “precisamente porque a economia é global, os governos nacionais têm poderes que falham ao atuar sobre processos funcionais que moldam suas economias e sociedades. Regiões e cidades são mais flexíveis para se adaptarem às condições flutuantes de mercados, tecnologia e cultura” (Castells e Hall, 1994: 7).

Implicações da Globalização para as Urbanidades

A globalização é extremamente significativa para lugares particulares, especialmente cidades, já que estas são os pontos de convergência (e de produção, em certos casos) destes mesmos processos. São também importantes para os lugares ainda mais marginalizados por estas tendências. Ambos os aspectos fazem com que a globalização seja muito relevante para os

passam esse caráter comum (2) a carga ideológica do conceito. Assim, utilizo-o sempre entre aspas.

urbanistas sul africanos. Nos espaços públicos, os fluxos globais são negociados, construídos, reconstruídos e encontram resistência. Embora seja óbvio que diferentes cidades se articulam de maneiras muito particulares diante dos múltiplos processos de globalização, todas estão envolvidas, mesmo que apenas no nível das imagens e do simbolismo (Pred & Watts, 1992).

Em outras palavras, a globalização é teórica e analiticamente importante para as cidades não apenas por sua potencial homogeneização em relação a outros lugares, mas devido a seu potencial para uma diferenciação crescente. Isso explica a necessidade de se repensar o poder local e as relações sociais. Doreen Massey sugere que parte dos estudos sobre a globalização ignora a ampla significação de “lugar” e sua dinâmica interna e como os lugares são reconfigurados e rearticulados em locais e processos fora da localidade, o que ela batiza de “sentido global de lugar” (Massey 1993: 68). Há uma necessidade de mapear essas ligações, pensando um projeto político progressista, enraizado localmente mas articulado globalmente.

No nível macro, a natureza cada vez mais interdependente da economia global resulta em reestruturações espaciais profundas, ou seja, em concentrações de crescimento e atividade econômica, e na migração de pessoas para pólos de atração. Ocorrem deslocamentos catastróficos e a periferização em vários países de “terceiro mundo” com a exceção de poucas regiões (Sassen 1994). Essa pressão que se intensifica na direção de uma marginalização potencial atua como uma “ameaça” externa para a urbanidade local, e estimula diferentes interesses locais a aceitarem um grau de interesses em comum, com o objetivo de aumentar as capacidades industriais locais (em todas as escalas), de melhorar a imagem da região, desenvolver os recursos humanos apropriados e investir no capital cultural local.

Essa pressão é crescentemente moldada por um discurso de “boa administração” e desenvolvimento e de administração econômica compacta, em todas as camadas do Estado. Esse discurso nascente está se transformando em foco de contestação por vários grupos da sociedade civil e do Estado (local). Como resultado, as vantagens das Estratégias de Desenvolvimento

Econômico Local (*Local Economic Development Strategies* - LEDs) parecem mais atraentes e servem freqüentemente como estruturas dentro das quais demandas endógenas e exógenas podem ser coerentemente assimiladas e trabalhadas. Em outras palavras, tais estratégias cristalizam uma oportunidade do local de ser um participante ativo nos processos de globalização. Isso representa uma das maneiras pelas quais a globalização se traduz em “localização”, ou seja, o campo da formulação de políticas locais de economia. Grande parte dos estudos na África do Sul explora essas tendências (Dauskardt, 1994; Harrison, 1994; Rogerson, 1993; Swilling, 1995; Tomlinson, 1994), e esta é sem dúvida uma das principais questões para os movimentos sociais urbanos da próxima década.

Em termos dessa “nova” abordagem política urbana, a retórica do desenvolvimento voltado para a comunidade não está necessariamente em contradição com a necessidade de uma oferta de serviços sociais em larga escala. O grande desafio é desenvolver e operacionalizar formas institucionais apropriadas que possam servir como catalisadoras, coordenadoras e administradoras. Os exemplos sul-africanos discutidos na literatura incluem: grupos de desenvolvimento da comunidade, bancos da comunidade, organizações de desenvolvimento baseadas na comunidade (CBDOs, *Community-Based Development Organisations*), associações de moradia e de terra, entre outras (Mayekiso, 1992; Pieterse & Simone, 1994; Swillins, 1995; Swilling & Vadwa, 1992). Recentemente, Richard Tomlison tratou, criticamente, essas instituições no contexto da experiência internacional, para “demonstrar como as comunidades podem se envolver no planejamento do desenvolvimento e nas iniciativas econômicas”(Tomlison, 1994: 6).

Entretanto, a literatura geralmente silencia quanto aos processos cotidianos, no sentido mais amplo do termo, e seu desenvolvimento. As estruturas e modelos institucionais propostos raramente abordam a disjunção entre a inserção desses órgãos de desenvolvimento (econômico) em contextos marcados pela complexidade e por delicadas configurações de poder entre vários participantes (identificáveis ou não). O desafio é forjar um plano de desenvolvimento institucional que opere com uma orientação global e si-

multaneamente contenha os traços culturais de determinada “localidade”. É preciso repensar de maneira radical o papel dos planejadores de desenvolvimento, o papel das instituições de desenvolvimento, os processos de inserção e a estrutura política necessários para apoiar tais processos. Esses imperativos apresentam uma importante oportunidade para que os movimentos sociais se tornem os principais participantes do processo urbano, não necessariamente com capacidade representativa mas como interlocutores, papel este que requer uma nova compreensão da política urbana.

O Movimento Civil Sul Africano

É necessário nos voltarmos para a situação atual do movimento civil, a fim de contextualizar o restante deste artigo dentro do quadro amplo da militância dos movimentos sociais. Até aqui procurei demonstrar que os espaços urbanos estão sendo reconfigurados conforme intensificam-se os processos de globalização, que trazem novos desafios para os movimentos sociais e para os atores políticos que procuram aplicar suas agendas à cidade.

Uma série de observações pode ser feita sobre o movimento civil na África do Sul, no presente momento, indicativas de uma crise significativa. Estas, *inter alia*, incluem:

— grande parte dos movimentos civis está relativamente fraca em termos institucionais organizacionais, indo das ramificações locais até o corpo nacional;

— o único órgão civil, SANCO, é provavelmente um dos poucos atores da sociedade civil que procuraram desenvolver uma série de políticas abrangentes, incluindo “Making People-Driven Development Work” [“fazendo o desenvolvimento voltado às pessoas funcionar”] (Hanlon *et al.* 1994) que aborda o quadro de desenvolvimento nos termos do RDP;

— o movimento civil em sua maioria representa interesses setoriais das comunidades, não conseguindo demonstrar de maneira convincente seu

status como representantes, o que conseqüentemente levou a um discurso cauteloso quanto a estes a propósito de seus *status*;

— os participantes do movimento civil tem sido os agentes não-governamentais mais importantes nos fóruns políticos recentes nos quais a estrutura administrativa urbana foi negociada nos últimos anos, mas falhou em se fortalecer estrategicamente após a democratização do governo local; a maioria dos participantes do movimento civil está irremediavelmente envolvida em redes de incerteza ideológica que demonstram a contradição entre retórica baseada na classe e as políticas pragmáticas, apagando as distinções entre legitimar o *status quo* emergente e fazer criticamente parte dele; o movimento cívico como um todo e seus grupos individuais foram enfraquecidos pelo atrito entre lideranças articuladas, a maioria dos participantes do movimento civil foi também severamente atingida pela pobreza financeira na era do RDP quando os recursos são menos disponíveis e, quando acontecem, estão sujeitas a condições que a liderança anterior administrava melhor e;

— certos participantes do movimento civil estão profundamente envolvidos em choques políticos como os quadros do rival ANC (e outros) quanto ao controle dos recursos e instituições locais, e a manutenção de seus papéis nas localidades; e a maioria está além de sua capacidade institucional, com sua capacidade de elaboração de políticas surgindo em processos coroporativo-institucionais do RDP.

Entretanto, o movimento civil permanece um dos poucos atores com uma infra-estrutura nacional que alcança o nível das políticas de base, assumindo que todos os problemas que enfrenta se devem ao nível de participação dos órgãos locais. Não vou me deter sobre o debate atual de qual seria a identidade e o papel mais apropriados para este movimento (Heymans, 1993; Mayekiso, 1993; Swilling, 1993). Basta mencionar que os debates nos últimos anos identificaram de maneira geral dois papéis principais para o movimento civil no período de pós-democratização; 1) o de agentes de desenvolvimento, e 2) o de “vigilantes” do governo local. O primeiro papel diz respeito a estratégias para adaptar as agências de desenvolvimento à comunidade, facilitando e administrando as atividades de desenvolvimento local.

O segundo incorpora atividades que envolvem mobilização política, criação de lobby e cobrança do governo local quanto a questões locais.

As descrições predominantes destes papéis revelam uma agenda mais ampla para o movimento civil e outros movimentos sociais (urbanos). No contexto de um terreno cada vez mais complexo no período de pós-democratização, é vital superar a compreensão limitada desse processo. Tomar conhecimento das implicações particulares dos processos de globalização aponta para a via, entre outras, de expandir a compreensão sobre a identidade e os papéis dos movimentos sociais para além dos limites do local - um “lugar” que é apenas limitado por agendas e processos locais. A discussão que segue é uma tentativa de delinear os contornos desse quadro.

Rumo a uma Estrutura Ampla para a Militância dos Movimentos Sociais Urbanos

Já foram delineadas na primeira parte deste artigo as dimensões multivariadas da globalização e suas diversas implicações para as urbanidades. Elas fornecem razões convincentes para que os movimentos sociais urbanos incluam essas tendências, o que implica repensar seu papel dentro do contexto urbano. A discussão que segue apoia-se nessas conclusões e afirma a necessidade de reconsiderar as estruturas ideológicas dentro das quais a militância dos movimentos sociais acontece. A próxima parte considera se a “política pós-moderna” radical fornece uma estrutura flexível e aberta às agendas radicais.

Radicalismo Reflexivo

Falar da prática política pós-moderna é uma tarefa perigosa se não houver um esclarecimento de praxe sobre o que se compreende por ‘pós-moderno’. Entretanto, como o campo do pós-moderno é amplo e intrincado,

não posso lidar com uma série de debates cruciais quanto a esta questão, *inter alia*, as diferentes posições de diferentes pós-modernistas⁵; distinções entre modernismo e modernidade e entre pós-moderno e pós-modernidade (Smart 1992); o debate sobre o que especificamente pertence às artes, à literatura, à teoria social, ao estilo arquitetural etc.; a relevância deste para o “terceiro mundo” num cenário de afirmações de que não passa de um jogo de palavras acadêmico e eurocêntrico; e ligado a isso, se é reacionário ou progressivo. Gostaria de extrapolar as lições que podem existir na prática política pós-moderna para repensar a militância radical numa era de modernidade tardia e de concomitante globalização (com as marginalizações que ela traz consigo) num país semi-periférico como a África do Sul.⁶

Uma das conseqüências mais úteis da guinada pós-moderna⁷ é sua abertura para reconhecer e explicar a multiplicidade e a heterogeneidade nas sociedades. Mesmo que no início ela tenha capturado essas características dos contextos e culturas ocidentais, sabe-se agora que o Ocidente não detém o monopólio de tais características. De fato, em muitos sentidos, os contextos do “terceiro mundo” elaboram multiplicidades de maneira ainda mais aguda (King, 1995). Assim, uma perspectiva teórica radical pós-moderna de fato captura as características descritas como multiplicidade, pluralidade e sincretismo em toda sua vibração nas urbanidades do “terceiro mundo”, que surgem da coexistência do pré-moderno, moderno e pós-moderna nessas sociedades (Escobar, 1992). Essas características não são novas e comumente são mantidas de forma deliberada lado a lado com vistas a manipulação, sobrevivência e expressão cultural. Este é precisamente o tipo de aspecto cultural que confunde as teorias, estratégias e retóricas da esquerda na

⁵ O que já foi amplamente apresentado em outros textos. Ver Turner, 1990; Smart, 1992; Featherstone, 1988; Best & Kellner, 1992; Rosenau, 1991.

⁶ Uma teoria sul africana bem fundamentada sobre o pós-moderno ainda é um projeto não realizado, pelo que eu saiba. Não pretendo explorar uma prática política pós-moderna sem antes explorar alguns dos presentes debates.

⁷ *postmodern turn* no original (N.T.)

África do Sul e em outros lugares. Segue um resumo de alguns dos debates sobre o que constitui a práxis política pós-moderna, ou, como prefiro chamá-la, o radicalismo reflexivo.

O radicalismo pós-moderno busca oferecer uma estrutura que transcende o essencialismo da política moderna de identidades, e postula uma perspectiva de um mundo “real” povoado por vários sujeitos com muitas (geralmente mutáveis) identidades localizadas em vários “lugares de sujeito” (também mutáveis) (Soja & Hooper, 1993). Na crítica ao essencialismo, especialmente aquele baseado na classe, o que se percebe também é a exigência sempre feita às organizações populares de buscar uma “unidade” como um pré-requisito para o sucesso potencial de nosso(s) projeto(s) revolucionário(s). Fortemente ligada a isso está a crença de que “descobrimos a verdade” sobre um futuro que está lá, esperando para ser conquistado através de uma luta (popular ou de classes). Neste compromisso limitado nos tornamos altamente intolerantes e desconfiados em relação a pessoas, idéias, organizações e estratégias e processos que se coloquem fora desses parâmetros “revolucionários”. Debates atuais sobre “a melhor estratégia” após a primeira fase da revolução democrática ainda estão dentro deste molde. A significância dessa crítica é que ela permite reconhecer as tendências opressivas e marginalizantes dentro da abordagem do Movimento Democrático.

Mesmo no auge do seu frente multi-classe e multi-identitário, o projeto “revolucionário” da Frente Democrática Unida (United Democratic Front) obviamente jamais se livrou da longa sombra das aspirações essencialistas, que incorporavam a esperança ingênua que um governo da classe trabalhadora iria preceder uma ordem social igualitária. Foi exatamente nesses contextos que as organizações, unidas em torno de identidades culturais e orientações sexuais, experimentaram uma forte marginalização e, por vezes, o ridículo, dentro dessa grande família da sociedade civil organizada como frente política⁸. Para reconstruir com sucesso um projeto radical no

⁸ Estou ciente que esta formulação tende a sugerir que o problema está apenas no essencialismo de classe do Movimento Democrático, o que ignoraria processos so-

contexto do corporativismo e no estreito desenvolvimentismo do Programa de Reconstrução e Desenvolvimento (*Reconstruction and Development Programm*), será crucial quebrar a hierarquia e promover redes de equivalência e resistência e reconstrução entre diferentes classes, setores e grupos de interesse. Os participantes do movimento civil poderiam tomara a liderança de tais iniciativas.

Outra dimensão importante da agenda política pós-moderna radical é a necessidade de um espaço público e de um contexto discursivo mas adequados à mudança, especialmente num ambiente onde existem assimetrias entre grupos dominantes e subordinados (Phillips, 1994). Refiro-me a políticas de diferença que facilitem oportunidades para grupos subalternos articularem suas experiências, seus interesses e suas demandas perante os grupos dominantes. Em outras palavras, um espaço público deveria se construir onde classes subalternas tivessem a oportunidade (e o apoio) para dar nomes às especificidades de sua opressão e marginalização (Phillips, 1994). No contexto político cultural tal qual o da África do Sul, esse cenário é possível, mas as aspirações totalizantes do RDP, as tradições discursivas dentro do Movimento Democrático e os discursos hegemônicos que estão sendo forjados pelas políticas institucionais do novo parlamento militam contra isso. O movimento civil e outros movimentos sociais podem operar como poderosos interlocutores para as comunidades pobres para responder e resistir às agendas de desenvolvimento homogeneizadoras que emanam da pleto- ra de estruturas corporativas de tomada de decisão.

Anne Phillips (1994) também defende as políticas reflexivas de diferença ao sugerir que os grupos subalternos necessitam reconhecer seus próprios pressupostos e entender suas próprias limitações “internas”. Narrativas sobre a dominação geralmente fluem ininterruptamente de um contexto externo para a consciência interna das práticas de organização e de seus membros, indo novamente em direção ao externo. A conclusão é que a prática

ciais mais profundos que atuam para marginalizar e oprimir grupos e indivíduos que optam por diferentes identidades que não a heterossexual.

política deveria ser caracterizada por uma instância que sempre olhasse para dentro para informar sua prática política exterior, precisamente porque os limites entre o “privado” e o “público” estão desconstruídos, o que Bell Hooks chama de “descolonização como prática” (1993a: 513). A prática política pós-moderna insiste em uma “política prefigurativa”. A prática política pós-moderna incorpora a vida pessoal, as operações organizacionais e as relações, os valores e os objetivos do movimento. (Este é frequentemente o objetivo implícito nos movimentos de mulheres e ambientalistas). Por exemplo, o movimento civil é extremamente incapaz de prefigurar seu compromisso com a igualdade de gênero na composição da sua liderança e de suas campanhas.

Em grande medida o pós-modernismo radical agrada minha sensibilidade de militante e de acadêmico por seu caráter aberto e de tentativa. Ele obriga a apreciar as dimensões contraditórias, ambíguas, conflituais, de risco, de insegurança, periféricas e criativas da vida cotidiana e da prática política radical. Em resumo, ele permite espaço para a falibilidade humana e simultaneamente introduz inquietude a qualquer momento de satisfação, porque qualquer configuração de pessoa, ambiente e recursos geralmente excluem ou marginalizam a voz e/ou a identidade de alguém. Nesse estado de alerta permanente para quem e para o que está sendo marginalizado, nasce uma certa capacidade de criar uma agenda que busca ligar diversos tipos de caminhos, sem ceder ao convite de simplesmente se tornar outro centro de poder (no sentido foucaultiano de funcionamento de nexos de poder e de conhecimento; Rabinow 1984). A lição chave a ser extraída aqui é a necessidade de repensar e desagregar nossa compreensão das comunidades pobres, o que nos leva de volta à elaboração recente sobre as catástrofes de desenvolvimento do Phola Park⁹ (Adler 1994; Bremmer 1994), entre outras.

Ná prática, o dito acima implica que movimentos sociais progressivos precisam desenvolver novas capacidades teóricas e estratégicas para partici-

⁹ Phola Park é um empreendimento com moradias para a comunidade miserável nos arredores de Johannesburg cujo planejamento trouxe consequências desastrosas. (N.T.)

par do ativismo de diversas maneiras, sem ignorar diferenciações que existam entre os setores oprimidos, sem fornecer visões de liberação teleologicamente coerentes e tampouco falar em nome dos grupos subalternos. O ponto inicial é entrar na parte mais densa da política cotidiana. Para guiar tal projeto é importante apropriar-se daquilo que é útil no radicalismo pós-moderno, que, a meu ver, inclui:

- uma compreensão não-essencialista da subjetividade, que explicitamente reconheça a pluralidade das subjetividades;
- o potencial para o indeterminado entre diferentes subjetividades;
- a urgência de novos tipos de políticas para criar “ideologias”, modos de organização e mobilização;
- um instrumental para desconstruir e expor a natureza opressiva inerente aos discursos dominantes na sociedade, que servem para fortalecer relações de desigualdade existentes entre diferentes classes e grupos;
- uma certa tranquilidade para aceitar a ambigüidade, a diferença, contradições, futuros em aberto e a incerteza;
- uma prática política que seja sempre relativa e contingente ao contexto de qual ela vem, em outras palavras, mais modesta e provisória;
- reflexividade; ser capaz de continuamente e deliberadamente submeter a sua prática (individual ou coletiva) ao escrutínio e à crítica, como a própria essência do aprendizado e da atuação política;
- mais suscetível a ser bem-humorado e ao mesmo tempo comprometido com a ação “séria”, ou seja “seriamente divertido” ou “divertidamente sério”. Esta é a maneira de tornar mais claros os novos locais para lutas radicais, por exemplo, em termos de cultura popular;
- estar à vontade com a hibridização e a creolização como um cruzamento de identidades, como bem-vindas e afirmativas.

Estas instâncias só podem ser úteis se permitirem novas possibilidades estratégicas afinadas com as condições atuais, bem como opções de organização mais inovadoras. Estrategicamente, os participantes do movimento civil podem desenvolver uma estrutura ampla e nuançada a partir das seguintes considerações: Primeiro, reconhecer o destaque da dinâmica cultu-

ral, ao lado das considerações políticas e econômicas. Segundo, ver a si mesmos como um dentre um número de atores no nível local (e em outros níveis). Em terceiro lugar, ligado ao primeiro, os participantes do movimento civil precisam reconhecer, aceitar e encorajar ações autônomas por parte de outros atores sociais dentro do local. Isso inclui desistir das aspirações de ser a vanguarda das atividades de desenvolvimento local e preencher uma função de vigia sobre os corpos governamentais institucionais. Em quarto lugar, alianças e redes de ações políticas são uma parte essencial para criar um novo papel. Naturalmente isso pressupõe respeito autêntico e reconhecimento da diferença e da pluralidade, que se expressam, em parte, através das diversas formas de associação em uma comunidade. Tal agenda não estaria privada de tensões e contestações. Especialmente em comunidades pobres, as distinções de associação e as afiliações estão imbricadas com relações profundas de poder que refletem a natureza do acesso, controle e hegemonia dentro da comunidade. Em outras palavras proponho um papel mais difícil e complexo para os participantes do movimento civil, oposto à clareza de vestir o manto de “vigias” locais da autoridade local.

Esta visão requer um alto nível de auto-reflexão por parte dos participantes (Fisher & Kling, 1993). Ela se refere à capacidade de crescer continuamente, se desenvolver, alterar o foco e estruturar a organização baseada na experiência real, e refletir sobre esta experiência. Alguns se referem a isso como a necessidade de tornar as organizações “aprendizes e atentas”. Tal postura é impossível, a menos que se adote um olhar mais provisório e modesto sobre o desenvolvimetro da comunidade, dos processos políticos locais e do papel que os participantes e outras associações e redes podem possuir nesses processos. Conforme mencionado anteriormente, recusa-se nada menos que a percepção das limitações do radicalismo clássico, a saber, orientações analíticas e estratégicas baseadas na classe. O aspecto plural e não-essencial dos diferentes atores ou sujeitos sociais precisa estar na base de uma abordagem diversa e radical do ativismo local. Para evitar enganos, devo reiterar que encaro criticamente a necessidade de uma agenda radical, porque a penetração e o entrenchamento da pobreza, a falta de poder, a

exploração econômica, a marginalização cultural e o silêncio político são inegáveis.

Entretanto, para explorar estes caminhos estratégicos exige-se também novas modalidades para organização funcional e estrutural. Geoff Mulgan sugere que os movimentos sociais progressivos precisam se estruturar para incorporar “o poder fraco”. Isso inclui organizações descentralizadas, sem uma liderança única; onde a comunicação é horizontal; as estruturas são celulares, não piramidais; um mosaico em mutação, em vez daquele tipo de estrutura que pode ser desenhado como um diagrama. As unidades e células tendem a auto-regulação, e não a serem governadas por regras e comandos ditados de cima para baixo. A responsabilidade pode fluir em mais de uma direção - as melhores estruturas de “poder fraco” crescem na fluidez, na mudança e por meio do uso criativo do caos. Acima de tudo, as energias são direcionadas para fora dessas unidades, em vez de para dentro, na sustentação e reprodução de uma estrutura fixa (Mulgan, 1994: 117-8).

Considerando essa descrição, as limitações dos movimentos sociais centralistas são notáveis. Não exporei em detalhe as implicações organizacionais de se construir dinâmicas de poder fraco e relações entre diferentes movimentos sociais urbanos. Esta seria a tarefa para outro longo artigo. Quero simplesmente apresentar uma série de sugestões e especulações que poderiam informar esses processos dentro dos próprios movimentos sociais. Mas, para ser eficiente, este deve ser um processo orgânico. Em primeiro lugar, SANCO, um dos principais movimentos sociais urbanos, deve rever sua decisão de ter optado por uma estrutura unitária. As considerações que informaram essa decisão (Mayekiso, 1993) possivelmente podem ser abordadas através de outros mecanismo que não levem o movimento a ter esta mentalidade uniforme e esmagadora. Dadas as amplas orientações existentes entre as comunidades, mesmo na área metropolitana, é crucial que esse movimento construa sua identidade baseado em configurações específicas aos locais.

Em segundo lugar, os arranjos organizacionais internos, por exemplo, os comitês executivos e os vários sub comitês poderiam ser mantidos mas

definidos por uma missão diferente e por diferentes modos de se relacionarem entre si. Por exemplo, se o movimento civil é entendido como parte de uma comunidade com uma pluralidade de agentes, interesses e necessidades, faria sentido se as diferentes unidades dentro dele fossem capazes de iniciar e desenvolver ações com outros agentes da comunidade em termos de necessidade e oportunidade. Não deveria existir este temor dominante de que a imagem central e a integridade da organização serão contaminadas por uma ação autônoma. Isso logicamente não exclui estratégias que garantam que a informação seja veiculada de maneira correta dentro da organização. De fato, as ações autônomas têm significado e impacto mínimos a não ser que sejam compreendidas e projetadas de maneira integrada, como parte dos esforços amplos dos participantes do movimento civil para articular interesses ao eleitorado e fóruns que estão além do local. A diferença fundamental é que essa informação não é compartilhada para verificar se a “tarefa política” da organização está acontecendo de forma uniforme, mas simplesmente para garantir que as conexões possam ser obtidas entre as várias ações dentro e fora da organização, com a informação catalisando as propostas dos interlocutores.

Em terceiro e último lugar, qualquer organização deve estabelecer relações múltiplas e redes com outras formações em diferentes níveis. Isso apresenta desafios ao estabelecimento de infra-estruturas necessárias para trocar informações do nível local para o global. Movimentos civis anteriores (e mais desenvolvidos) iniciaram essas ações ao participarem de redes eletrônicas e de diferentes fóruns. Entretanto, em nível local onde os recursos não estão disponíveis, é adequado investigar as ligações com lugares fora da comunidade que existem e crescem por meio de fluxos religiosas, étnicos, de parentesco, políticos, econômicos; e como eles podem ser utilizados para criar outras articulações no espaço e tempo. Em outras palavras, não estou defendendo um ativismo *high-tech* que seria totalmente inadequado para as condições das comunidades pobres. Simplesmente estou apontando para uma mentalidade particular que leva a sério a troca e o uso da informação.

Conclusão

Apesar da estonteante velocidade da mudança e da crescente complexidade das alterações políticas, econômicas e culturais em nível global, está claro que os movimentos sociais urbanos são os atores fundamentais na criação de uma agenda política progressista. Na África do Sul, as dimensões desses novos desafios se apresentam com clareza, especialmente no cenário da transição política. Na maior parte deste artigo apontei para as dimensões presentes na globalização, especialmente a urbanidade - o espaço e o local onde se inscrevem as lutas dos movimentos sociais. Um dos pontos centrais de meu argumento é que esses movimentos são cada vez mais ineficientes em seu impacto sobre a política local, especialmente por falharem em adaptar estrategicamente e redirecionar suas energias para incluir novos desafios que surgem nos espaços urbanos atravessados por processos globais. Como vencer a corrida estratégica e permanecer um ator central da política urbana é o desafio principal dos movimentos sociais urbanos quando refletem sobre sua ideologia e prática. Essa pressão é induzida em parte pela miríade de processos que envolvem a globalização, mas também pela vacuidade das políticas tradicionais de esquerda, acomodadas ao essencialismo de classe. Este artigo explorou várias dimensões da “política pós-moderna” radical e seu significado para novas perspectivas ideológicas, orientações estratégicas e organizacionais. Ao inserir esta análise dentro do legado e da situação atual do movimento civil, procurei expor os aspectos do radicalismo pós-moderno. Espero ter firmado terreno para novos debates críticos sobre o significado de criar um movimento social urbano, vibrante, independente, não essencialista e culturalmente enraizado dentro dos espaços urbanos da assim chamada era global.

Bibliografia

- ADLER, J. 1994. "Life in an Informal Settlement" In: *Urban Forum*, 5(2): 99-111.
- BEST, S. & KELLNER, D. 1991. *Postmodern Theories: Critical Interrogations*. London, Macmillan Press.
- BREMMER, L. 1994. "Development and resistance. The Lessons of the Planners of Phola Park." In: *Urban Forum*. 5(1): 23-54.
- CASTELLS, M. & HALL, P. 1994. *Technopoles of the World. The Making of 21st Century Industrial Complexes*. London and New York, Routledge.
- DAUSKARDT, R. 1994. "Local Economic Development: New Strategies and Practical Policies." *UF Research* N. 10.
- DEY, K. & WESTENDORFF, D. 1995. "Their Choice or Yours. Global Forces or Local Voices. Volunteer Action in Urban Communities". *Report of the World Summit for Social development 1995 by the United Nations Volunteers and the United Nations Research Institute for Social Development*, Geneva.
- ESCOBAR, A. 1992. "Culture, Economics, and Politics in Latin American Social Movement Theory and Research." In: ESCOBAR, A. & ALVAREZ, S.E. (eds.). *The Making of Social Movements in Latin America. identity, Strategy and Democracy*. Boulder San Francisco Oxford, Westview Press.
- FEATHERSTONE, M. Lash, S. & ROBERTSON, (eds.) 1995. *Global Modernities*. Newbury Park, London, New Delhi, Sage.
- FEATHERSTONE, M. 1988. "In Pursuit of the Postmodern". In: *Theory, Culture and Society*, V. 5(2-3): 195-215.
- FISHER, R. & KLING, J. 1993. "Introduction: The Continued Vitality of Community Mobilization." In FISHER, R. & KLING, J (eds.). *Mobilizing the Community. Local Politics in the Era of the Global City*. London New Delhi, Sage.
- FRENCH, H.F. 1993. "Costly Tradeoffs: Reconciling Trade and the Environment". In: *World Watch Paper*, N. 113.
- HALL, S. 1991. *The Local and the Global: Globalization and the World System*. London, Macmillan.
- HANLON, J. et al. 1994. "Making People-Driven Development Work" In SANCO, 11 April. (unpublished paper)

- HARRISON, P. 1994. "Global Economic Trends. Some Implications for Local Communities in South Africa". In: *Urban Forum* v. 5(1): 72-89.
- HEYMANS, C. 1993. "Towards People's Development?". In: *Urban Forum* v. 4(1): 1-21.
- HOOKS, B. 1993. "Postmodern Blackness". In: NATOLI, J & HUTCHEON, L. (eds.). *A Postmodern Reader*. New York, State University of New York Press.
- KING, A. 1995. "The Times and Spaces of Modernity (or Who Needs Postmodernims?)". In: FEATHERSTONE, M. et ali. (eds.) *Global Modernities*. London, Sage.
- MABIN, A. 1995. "On the Problems and Prospects of Overcoming Segregation and Fragmentation in South Africa's Cities in the Postmodern Era". In: WATSON, S. & GIBSON, K. (eds.) *Postmodern Cities & Spaces*. Oxford (UK)/ Cambridge (USA), Blackwell.
- MASSEY, D. 1993. "Power-Geometry and a Progressive Sense of place". In: BIRD, J. et ali. (eds.). *Mapping the Futures. Local cultures, global change*. London/New York, Routledge.
- MAYEKISO, M. 1992. "Civil Society and Local Government Negotiations. The Alexandra experience". In *Urban Forum*, v. 3(2): 141-150.
- _____. 1993. "Institutions that Themselves Need to be Watched Over. A Review of Recent Writings on the Civic Movement". In: *Urban Forum*, v. 4 (1): 21-54.
- _____. 1994. "An International Stepping Stone is Laid in South Africa". In: *La Prensa Adelita*. march 20: p. 12.
- MCGREW, A. 1992. "A Global Society?". In: HALL, S. et. al. (eds.). *Modernity And Its Futures*. Cambridge, Polity & Open University Press.
- MULGAN, G. 1994. *Politics in an Apolitical Age*. Cambridge, Polity Press.
- PHILIPS, A. 1994. "Pluralism, Solidarity and Change". In: WEEKS, J (ed.). *The Lesser Evil and the Greater Good. The Theory and Politics of Social Diversity*. London, River Oram Press.
- PIETERSE, E.A & SIMONE, A. 1994. *Governance and Development*. Cape Town, Foudations for Contemporary Research.
- PRED, A. & WATTS, M.J. 1992. *Reworking Modernity. Capitalism and Symbolic Discontent*. New Brunswick, Rutgers University Press.
- RABINOW, P. (ed). 1984. *The Foucault Reader*. London, Penguin.

- ROGERSON, C. M. 1993. "Industrial Districts. Italian Experience, South African Policy Issues". In: *Urban Forum*, v.4 (2): 36-53.
- ROSENAU, P.M. 1991. *Post-Modernism and the Social Sciences. Insights, Inroads and Intrusions*. Princeton, Princeton University Press.
- SASSEN, S. 1994. *Cities in the World Economy*. London/New Delhi, Pine Forge Tree Press.
- SMART, B. 1992. *Modern Conditions, Postmoderns Controversies*. London/New York, Routledge.
- SOJA, E. 1995. "Postmodern Urbanization: The Six Restructuring of Los Angeles". In: WATSON, S. & GIBSOB, K. (eds.). *Postmodern Cities & Spaces*. Oxford (UK)/Cambridge (USA), Blackwell.
- SOJA, E. & HOOPER, B. 1993. "The Spaces that Difference Makes: Some Notes on the Geographical Margins of the New Cultural Politics". In: KEITH & PILE (eds.) op.cit.
- SWILLING, M. (in association with Karen Johnson & Oscar Monteiro) 1995. (draft 2) "Building Democratic Local Urban Governance in Southern Africa: A Review of Key trends". Paper presented to the Africa Region of the Global Urban Research Initiative, April 1994.
- _____. 1993. "Civic Associations in South Africa". In: *Urban Forum*, v. 4(2): 15-36.
- SWILLING, M & VAWDA, A. 1992. "Enabling Institutions for Development During the Transition in South Africa". In: *Urban Forum*, v. 3(1): 86-91.
- The Comissions of Global Governance, 1995. Our Global Neighbourhood*. Oxford, Oxford University Press.
- TOMLISON, R et ali.. 1994. *Urban Development Planning Lessons for the Economic Reconstruction in South Africa's Cities*. Johannesburg/London, Wits University Press Zed.
- TURNER, B. (ed.). 1992. *Theories of Modernity and Postmodernity*. London, Sage.
- UNRISD, 1995. *Sates of Disarray. The Social Effects of Globalization*. Geneva, Unrisid.
- WATERS, M. 1995. *Globalization*. London/New York, Routledge.